



ESBOÇO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA EM CURSOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Rodrigo Estramanho de Almeida¹

Resumo: No presente artigo, pretendemos esboçar estratégias didáticas para a elaboração de planos de ensino e intervenções pedagógicas na área de Ciência Política. Nosso objetivo específico será o de fornecer instrumentos que auxiliem no planejamento de aulas de história política brasileira para cursos de formação política.

Palavras chave: Ciência Política; Ensino; Iniciação Política; Política Brasileira

Abstract: In this article we intend to outline teaching strategies for developing teaching plans and educational interventions in the area of Political Science. Our specific goal will be to provide tools that help in planning classes for Brazilian political history courses in political education.

Keywords: Political Science, Teaching, Policy Launch; Brazilian politics

1 Introdução

Um dos principais desafios para o educador que pretende trabalhar em cursos livres de iniciação política é a elaboração do plano de ensino. Que temas abordar? Em que ordem abordá-los? Que instrumentos didáticos utilizar e como tratar temas importantes destinados a públicos mistos são interrogações que ocupam boa parte do trabalho docente de planejamento pedagógico.

Tais indagações se nos apresentam na realização de qualquer atividade de intervenção educacional. Assim, acreditamos que tais questionamentos, em se tratando da aplicação prática da Ciência Política, sem as amarras do cânone acadêmico, tornam-se ainda mais relevantes.

Nossa intenção neste ensaio é responder a algumas dessas questões, enfocando o tema da história política brasileira, tendo como pressuposto o fato de que o desenvolvimento político

¹ Mestre em Ciências Sociais. É professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP e do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais da FESPSP. Leciona em cursos livres de formação política.

das nações constitui ponto fundamental do plano de ensino a ser aplicado em cursos livres de formação política.

Nesse sentido, inicialmente, justificaremos esse nosso pressuposto desenvolvendo argumentos que delimitem o posicionamento da temática no plano de ensino.

Em um segundo momento, discorreremos sobre a abordagem da história política brasileira procurando elencar os temas que possam perpassar um plano de ensino mínimo sobre o assunto.

Conjuntamente, procuraremos elaborar algumas noções estratégicas que possam auxiliar o docente em sua intervenção pedagógica. Variáveis como tempo e espécie de público serão, nesta etapa, tratadas como elementos fundamentais no planejamento das aulas.

Ao final, será apresentada uma lista de referências que, organizada por tema, poderá auxiliar os educadores na preparação de ementas que objetivem o ensino livre de história política brasileira.

2 A temática da história política no plano de ensino de cursos de formação política

À guisa de delimitar o objeto específico de nossa discussão, faz-se necessária uma abordagem inicial dos elementos constitutivos de um plano de ensino de Ciência Política para a realização de intervenções pedagógicas que tenham por objetivo a formação política livre de diferentes públicos².

Cursos livres de formação ou iniciação política podem ser caracterizados como atividades de intervenção pedagógica que têm o objetivo de transmitir conhecimentos sobre política, sem que se faça uma abordagem teórica e explicativa a partir de conceitos ‘dogmáticos’ do campo disciplinar da Ciência Política.³ Levando-se em consideração essas atividades que não objetivem a capacitação certificada formal, tais intervenções visam à expansão do horizonte crítico dos sujeitos e pretendem, desta forma o anúncio de valores democráticos que contribuam de maneira decisiva para o desenvolvimento da cidadania.⁴ Dos participantes não são exigidos pré-requisitos e não há necessidade de aplicação de instrumentos de avaliação. Muito embora

² Nossas proposições aqui servem à formação de diferentes públicos. Isto é, independentemente da quantidade de alunos, faixa etária, estrato social ou nível de escolaridade, acreditamos que as noções sugeridas podem ser úteis modificando-se, evidentemente a profundidade do assunto abordado. Não obstante estamos por fazer um trabalho sobre as diferentes abordagens que se possam realizar visando públicos diversos .

³ Consideramos cursos livres, aqueles que não objetivam transmitir conhecimentos sobre escolas de pensamento, filosofia política, autores e conceitos ou mesmo teorias sobre o funcionamento das instituições e sistemas. .

⁴ Referimo-nos aqui, portanto, ao aspecto qualitativo da democracia, pois “a filosofia política clássica associa a democracia a duas questões essenciais: participação e educação, que alguns preferem chamar de informação. A associação entre esses dois princípios nos coloca diante do seguinte ponto: a participação guarda relação com o caráter quantitativo da democracia, enquanto a educação está associada ao aspecto qualitativo.” (Dantas, 2010, p. 7)

não seja possível ter um plano de ensino e uma carga horária rígidos - vez que cada implantação está sujeita a adaptações -, espera-se que o sumário de um curso livre de iniciação política, isento de ideologias correntes de movimentos ou partidos⁵, contemple três eixos básicos do campo disciplinar da ciência política: a) Estado, sociedade civil e cidadania; b) sistema político, e c) história política.

No primeiro eixo, com enfoque teórico, apresentam-se itens genéricos e introdutórios do campo disciplinar. Espera-se que, a partir das exposições desenvolvidas, os discentes entrem em contato com as noções que lhes possibilitarão uma compreensão crítica dos módulos posteriores. Objetivamente, a aula expositiva deve partir de um pequeno debate que permita recolher as expectativas dos discentes em relação ao curso. Iniciar, por exemplo, sobre o que se entende por democracia e retirar das noções do senso comum dos alunos os elementos que permitam o desenvolvimento da aula expositiva, sem que se faça, necessariamente, referência a autores e teorias. O objetivo é tornar claras as noções de 'Estado'; 'sociedade civil' e 'cidadania', no que diz respeito ao seu conteúdo funcional. Assim, ao abordar o tema 'sociedade civil', pode-se buscar exemplos concretos dos tipos de organização social e política (partidos, associações, sindicatos, etc.) para explicitar o papel e a função das organizações, em vez de versar a respeito de conceitos teóricos sobre 'bens associados' ou 'conflito de interesses'.⁶

O segundo eixo destina-se ao ensino do funcionamento do sistema político. Almeja-se que os alunos possam compreender o princípio básico de separação dos poderes e o funcionamento do sistema partidário e eleitoral. Como tratamos do caso brasileiro, o ideal é que se faça menção a fatos do cotidiano ocorridos nas esferas federal, regional ou municipal. Por exemplo, ao se referir ao Poder Executivo suas funções e deveres, citar um exemplo concreto em que a ação do presidente tenha sido fundamental para a implantação ou desenvolvimento de uma política social. O mesmo pode ser feito a partir de exemplos da esfera regional, enfatizando-se determinada ação relevante do governador do estado, do prefeito ou do vereador do município.

Assim, no plano de ensino de cursos de letramento político⁷, a preocupação da intervenção pedagógica está mais voltada ao entendimento dos temas enquanto realidades visíveis do que às tipologias lógicas de apreensão da realidade. Em suma, objetiva-se que os

⁵ O tipo de 'curso' ou 'formação' ao qual nos referimos aqui não tem relação com cursos de formação política oferecidos por partidos para a formação de seus quadros. Longe de querer desqualificá-los, dificilmente cursos oferecidos por entidades partidárias logram uma posição neutra em relação às acepções ideológicas ou programáticas. Não obstante, as sugestões oferecidas nesse ensaio podem ser úteis a programas de formação partidária. Em nosso caso, no entanto, tratamos apenas de cursos que têm o objetivo de informar sobre política afastando-nos o máximo possível de proposições programáticas.

⁶ Muito embora o objetivo de nossa discussão esteja voltado ao ensino de história política brasileira, achamos por bem sugerir leituras que possam auxiliar os professores na preparação de aulas dos outros tópicos que conformam um curso básico de formação política. Assim, na lista de referências que organizamos no final do texto, também está relacionada bibliografia para os módulos que não o de história política brasileira.

⁷ Sobre 'letramento político' ver Cosson, 2010.

discentes percebam melhor a importância de compreender os valores e ações práticas referentes à Ciência Política. Nossa experiência tem mostrado que a abordagem puramente teórica é considerada um equívoco didático nessas espécies de cursos livres. Nesse sentido, muitos docentes preocupam-se, apenas, em estruturar aulas que possam, por exemplo, ensinar os pressupostos básicos do Jusnaturalismo, esforçando-se em explicar em detalhes o arcabouço teórico de Hobbes, Locke e Rousseau. Nesses casos, geralmente, em meio à tentativa de tornar clara a teoria clássica, distancia-se da finalidade de apresentar aos alunos o conteúdo essencial que responda a perguntas pragmáticas sobre a função do Estado e o papel da sociedade civil. . Ao contrário, em um curso de letramento político, espera-se que a teoria apareça transfigurada em noções aplicáveis à vida em sociedade, que sejam acessíveis a todos, sem prejuízo, da compreensão dos conceitos.

T. H. Marshal, em *Cidadania, classe social e status*, registrou, ao tratar do método de ensino da sociologia na contemporaneidade, passagem interessante que vai ao encontro do que anteriormente afirmamos:

(...) a elaboração em demasia dos conceitos pode conduzir a um beco sem saída. (...) Os conceitos são feitos para aplicação, não para exibição. Havia uma persuasão coercitiva no famoso grito, 'Dê-nos os instrumentos e acabaremos a tarefa'. Alguém pode ser perdoado por responder menos ansiosamente a um intelectual, seja ele um sociólogo ou outra coisa qualquer, que diz: 'Dê-me uma tarefa e passarei o resto da vida polindo os instrumentos'. (Marshal, 1967, p. 26)

Nesse sentido, o terceiro eixo destinado à história política terá papel fundamental. Poderá funcionar como 'alicerce do curso' na medida em que retornará aos temas dos dois outros eixos durante a abordagem dos diferentes períodos da história brasileira.

A ideia é que o módulo de história política possa ilustrar através de fatos sociais os temas precedentes. Ao tratar, por exemplo, da primeira República (1889-1930), a abordagem poderá pautar-se em assuntos que retomarão o sentido das questões tratadas nos módulos anteriores. Exemplificando: quais as características do Estado na primeira República? Ele era democrático? Como era a sociedade civil na primeira República? Ela era mais ou menos organizada que a sociedade civil atual? Havia cidadania na primeira República? A Constituição de 1891 assegurava direitos sociais aos cidadãos brasileiros? Como eram as eleições na primeira República? Como estavam divididos os poderes? Quais eram os principais partidos políticos etc.

É possível, assim, elaborar um elenco de questões a partir das chaves dos módulos (a) e (b) que permitirá a elaboração de um roteiro para o desenvolvimento do módulo (c). Dessa maneira, pode-se, diante da infinidade de temas históricos, verificar quais assuntos serão abordados em uma intervenção pedagógica que objetive o ensino da história política brasileira. Acreditamos que sejam os temas sobre 'Estado', 'sociedade civil', 'cidadania' e 'sistema político' nas diferentes fases do desenvolvimento político brasileiro.

Tal abordagem se ampara em uma visão que entende a história como inevitável para a compreensão da atualidade. A ideia subjacente é a de que não é possível consolidar conhecimentos a não ser que sejam preenchidos com a narrativa dos fatos. Assim, a abordagem histórica permite que o conceito de democracia seja realmente compreendido: não conforme a canônica explicação do funcionamento assembleístico e utópico da *Ágora* grega, mas sim na condição de um evento inexistente enquanto ‘valor’ durante a prática política na primeira República.

Nesse sentido, grosso modo, seria o mesmo que dizer que moradores de uma região carente de determinada municipalidade ao adentrarem o salão de uma associação de bairro em busca de letramento político tenham mais facilidade de compreender o difícil e tortuoso caminho da democracia no Brasil do que o funcionamento da *Ágora* grega.

O objetivo, pois, do ensino da história política do Brasil em cursos livres de letramento político é o de dar visibilidade à importância de se obter noções sobre política para o enfrentamento crítico dos problemas concernentes a formação da nação, suas vicissitudes, desigualdades, avanços e idiossincrasias. Sem um módulo específico que destine o tempo das exposições à narrativa de alguns dos principais eventos que dinamizaram as transformações sócio-políticas, a pura explanação de conceitos, como ‘direitos civis’ ou ‘Estado’, será vazia tendo em vista os objetivos de um curso de letramento político. Por esse motivo, faz-se necessário o esforço na organização de um plano temático que seja elucidativo, reflexivo, cuja única pretensão é a de fornecer uma janela mais iluminada para a observação da realidade.

3 Proposta de abordagem da história política do Brasil

A primeira dificuldade ao planejar o conteúdo de história política, a ser contemplado em aulas de formação política, é a delimitação do período cronológico a ser abordado. De forma objetiva, quando as condições favorecem a aplicação de um plano mínimo completo, deve-se iniciar com um preâmbulo sobre a situação de dependência colonial do período 1500 – 1822. A dominação reinol portuguesa e a prevalência do sistema do trabalho compulsório de escravos, bem como a inexistência de instituições e processos democráticos devem ser ressaltadas. Esse ressalte deve, no entanto, ser feito sempre com a ressalva de que esse ciclo inicial da história não compreende a história política brasileira a não ser pelo seu caráter de formação. Propor que a história política brasileira só inicia de fato – com instituições e constituição próprias – a partir da independência em 1822 e da constituição de 1824 é uma forma interessante de desconstruir a visão canônica de “um país que vem se formando há mais de 500 anos...” Nesse ponto, necessariamente, a discussão terá de repassar os conceitos de ‘Estado’ e ‘sociedade civil’, bem como diferenciar ‘Estado’ e ‘Nação’, ressaltando a especificidade da formação brasileira, identificando os obstáculos “da gênese nacional” à conformação da cidadania.

Nesse sentido, denota-se que a abordagem defendida é crítica e adota uma via que busca compreender a formação política do Brasil, como um movimento assimétrico e descendente, por parte das elites que movem o processo de transformação. A pedra de toque está em relevar o fato de que a independência, momento importante para a definição dos destinos da terra e das gentes, foi mais fruto de um pacto entre elites do que resultado de participação e movimentações advindas da sociedade organizada em torno de interesses coletivos. Assim, escolhemos ...

leva a admissão de um sistema de forças políticas, que sociólogos e historiadores relutam em reconhecer, atemorizados pelo paradoxo, em nome de premissas teóricas de vária índole. Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social comunitária, embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores. (Faoro, 2000, p. 68)

Destarte, deve-se frisar que o Brasil anterior ao ‘sete de setembro’ não pode ser entendido enquanto Estado-nação. Quintal de Portugal, feitoria de ultramar, o que se tinha antes da independência era uma colônia de exploração voltada aos pactos comerciais, propiciados pela expansão mercantilista que teve início em idos do século XVI. Em grande medida, pode-se afirmar que o estatuto da fase colonial não seria de todo extirpado do novo país, quando da independência. A mudança de regime se deu tão só como forma e o conteúdo das redes de exploração foram perpetuados. As tradições ficaram estacas no terreno movediço das desigualdades sociais e o Brasil, à guisa de manter seus vínculos com o mundo moderno, escolheu outra dependência: a da Inglaterra.

O quinze de novembro de 1889 também nada significará, a não ser uma mudança da forma. Perpetua-se o vínculo de dependência externa, tendo agora como linha constitucional uma carta mais moderna e à americana. Isso, no entanto, não eliminou o conteúdo autoritário da política. Inicia-se, assim, a era de ouro dos coronéis. O café torna-se a nova monocultura de agroexportação e os seus rendimentos dinamizam a política nas terras temperadas do sudeste. A política dos governadores, o café com leite e o coronelismo serão marcas de uma nação impulsionada por centenas de imigrantes europeus que chegam para substituir a mão-de-obra do negro, que uma vez alforriado em 1888, não obteve lugar no trabalho livre, tampouco se beneficiou de alguma política que o direcionasse para a liberdade. Assim, a linha autoritária de comando das instituições e dos negócios coexistiu com a carapaça democrática da Constituição de 1891.

Assim, a existência da sociedade civil, enquanto fato, ficou subjugada às teias autoritárias de um Estado oligárquico. As eleições serão um teatro, onde pouco mais de 1% da população coadjuvará o protagonismo autoritário de grandes chefes territoriais. A promessa de república, de Estado gerente da coisa pública e de uma sociedade civil vigorosa com olhos

voltados aos seus interesses, transforma-se, ao longo dos últimos anos do século XIX e início do XX, em quimera. Mais uma vez prevalece o interesse das elites subjungando as demandas sociais. Aqui, vale o aprofundamento do tema para que o aluno perceba a idiossincrasia que acompanha todo o processo de formação das instituições políticas no Brasil.

Em seguida, o movimento revolucionário de 1930 é de suma importância para uma caracterização da política brasileira contemporânea. Impossível contextualizar as transformações que nos atingem até os dias atuais, sem fazer referência ao que julgamos serem traços fundamentais do Brasil moderno, que teve início na era de Vargas: a) a mudança do paradigma rural para o urbano e industrial; b) avanços nos direitos sociais pela concessão do Estado; c) a transformação das instituições de tradicionais-autoritárias para modernas-clientelistas.

A era Vargas significará um divisor de águas da política brasileira. Deve-se focar durante a explanação que, a despeito de todos os novos avanços obtidos no desenvolvimento e no mundo do trabalho, os anos de Getúlio Vargas à frente da presidência da República significarão o fim de qualquer andamento democrático e que o Estado Novo de 1937 só confirmará as intenções modernizadoras impulsionadas pela via autoritária. Importante frisar que, contraditoriamente, o período de grande desenvolvimento econômico, que resultou em profundas transformações nas instituições e na sociedade, ocorreu, pela primeira vez de forma significativa no Brasil, sob a égide do autoritarismo.

Os quinze anos que compreendem o período 1930-1945 tiveram como marca a modernização e a concessão de direitos sociais, sobretudo aqueles relacionados à esfera do trabalho, mas não se reservou espaço na agenda governamental para a organização de instituições democráticas. A sociedade civil, no entanto, aparece como protagonista à frente de milhares de sindicatos que organizarão as demandas dos trabalhadores. Mas essas organizações não terão ainda “cara própria” e serão, na verdade, as veias de capilarização da seiva estatal à sociedade civil. Esse corporativismo será a marca da sociedade civil dos anos 1930. A modernidade chega ao Brasil tutelada pelo Estado. A sociedade civil existe à imagem e semelhança do executivo nacional, educada pelo ‘pai dos pobres’, ora com presentes, ora com as medidas severas e ‘corretivas’ da educação pela força.

Ao tratar do fim do governo Vargas, o professor poderá frisar que pela primeira vez a palavra ‘democracia’ surge com algum vigor. De 1822 a 1945, são 123 anos de autoritarismo e o período ulterior de democracia crítica e conflituosa só durará vinte anos. Antes que se caia na tradicional divisão do período democrático (1945-1964) por governos e presidentes, o docente deve atentar-se mais em transmitir o conteúdo processual dessa fase. Trata-se de abarcar, em poucas linhas, as dificuldades de implantar um regime democrático em sociedade desacostumada com a liberdade e de formação educacional rarefeita. A democracia chega com atraso no Brasil, e quando chega encontra seus cidadãos dispersos nas atenções do Estado

demagogo e paternal. Não demora o oportunismo das elites. É a vez e a hora do populismo. A democracia será o terreno baldio de velhas instituições, os cidadãos serão moldados aos novos tempos como massa de manobra. Por todo País, o Estado transforma-se em tenda de milagres, os políticos, em santos milagreiros, e o povo, em fiéis esperançosos.

A gramática do populismo não demorará a ser comparada a do socialismo, realidade no mundo desde 1917 e bastante difundido com o fim da II Guerra Mundial. Num mundo dividido em dois pólos, países periféricos como o Brasil tentarão se articular em estratégias de dilatação diplomática. Não tardarão as demandas sociais mais vigorosas e interessadas em velhas questões esquecidas por completo pelas elites. A esquerda e os partidos tornam-se uma realidade nacional, consubstanciada em atrasos dos velhos tempos e ansiedades pelos novos. Não tardará a um presidente (João Goulart) – visto por seus simpatizantes como salvador da pátria – ser identificado por forças conservadoras a atitudes esquerdizantes. As velhas oligarquias, os militares e as novas classes médias não tardam a se organizar contra a onda progressista. A democracia no Brasil serviu de “barriga de aluguel” à gestação de um golpe militar que instauraria uma ditadura de 20 anos. O autoritarismo – em mangas de camisa – vence mais uma vez.

De 1964 a 1985, o Brasil viverá o regime militar. O período, deveras, constitui um ponto nevrálgico do ensino de história política brasileira. Não demoram aulas que tendem a jogar todo o autoritarismo na vala comum da ditadura militar, culpando todo estado de coisas policialescas sobre as costas desses vinte anos que antecedem a redemocratização.

Não há dúvida que o período foi todo de arbitrariedades e expurgos, mas sugerimos que não se deve tecer uma explanação do período, fazendo apenas referência ao seu evidente conteúdo ditatorial. Interessa mais entender por que esse regime conseguirá implantar um plano desenvolvimento articulado e bem sucedido; alcançará legitimidade em diversos setores da sociedade, e ditará ele próprio as condições para uma aparente institucionalidade sob a qual organizar-se-ão partidos, eleições em diversos níveis, alternância entre diferentes setores militares.

Deve-se relevar o papel da esquerda, da luta armada e das organizações contrárias ao regime, mas o docente deve preocupar-se, sobretudo, em demonstrar como o regime, iniciado nos idos de 1964, é, na verdade, compreensível dentro de um país acostumado ao autoritarismo. Se a explanação vier acompanhada de informações sobre o contexto econômico brasileiro melhor para a compreensão do lema ‘ordem e progresso’ impresso na bandeira. O regime militar, o caso da democracia e início de tempos de perseguição às liberdades e restrições à cidadania, encontra seu lugar na história do Brasil simplesmente porque esse lugar existe e foi considerado, ao longo de pouco mais de um século, de baixíssima participação política.

Interessa aqui, fazer o percurso que explica o retorno da democracia, mais uma vez, pelo pacto entre as elites. A redemocratização (1985-....) foi em parte movimento surgido das

ruas e dos comícios das ‘diretas já’, mas também nasceu de acordos feitos entre velhos políticos. A promessa de renovação, que muito tinha de varguista, seria sepultada com Tancredo Neves pouco depois de sua eleição indireta. O Brasil redemocratiza-se e reconstitucionaliza-se de rompante. Em pouco mais de três anos, entre o fim do regime militar e a promulgação da constituição de 1988, pensamos ter resolvido todos os nossos problemas do passado. A crise econômica, no entanto, será o palco de uma nova fase repleta de promessas e corrupções. Os presidentes Sarney e Collor darão início a uma jornada que parece natimorta. Entre os governos de FHC e Lula se produzem certas estabilidade e confiança. Dezesesseis anos que devem ser também explorados com intensidade, mas sem paixões. Pouco depois, uma mulher ascende ao cargo máximo da Federação: será o Brasil um novo país?

Este curto ensaio tem o objetivo de anunciar as linhas gerais do que pensamos ser os principais tópicos para uma breve aula de história política do Brasil, com vista a analisar, também, as transformações do Estado, da sociedade civil e dos direitos de cidadania.

Sugerimos também que seja feita uma abordagem eficiente sobre a trajetória política do Brasil nos cursos de iniciação, formação ou letramento político com ênfase em dois eixos do plano de ensino: um diacrônico e outro sincrônico.

O eixo diacrônico da preparação do plano de ensino deve se voltar à explanação dos eventos políticos brasileiros num plano cronológico e crítico. O caráter cronológico, embora possa parecer monótono é importante, porque estimula a curiosidade sobre os processos de transformação por meio de movimentos que muitas vezes não são conhecidos. Ao fazer isso, o educador acaba por frisar dados importantes sobre a história do País, que são de suma importância para a formação dos discentes. Nessa linha, pode-se, ao falar da era colonial e do império, deter-se na importância da escravidão e da cana-de-açúcar e a partir disso tirar elementos para a discussão sobre raça e/ou sobre os diferentes ciclos da economia. Pode-se, da mesma forma, passar para a primeira República, explanando sobre a importância dos imigrantes e a influência da cultura do café; tratar da era Vargas com ênfase na relação entre trabalhadores e indústrias e assim sucessivamente.

Na preparação do eixo sincrônico do plano, o docente não pode olvidar, no entanto, seja qual for a linha de abordagem contextual escolhida (econômica, racial, social etc.) a importância de ampliar a visão crítica dos alunos. A abordagem, sugerimos, deve enfatizar o caráter das transições da história brasileira, na qual se verificam mais acordos e acertos do que, propriamente, rupturas. O caráter centrista da política brasileira, o interesse pela acomodação e por transformações que possam assegurar as formas do passado são elementos indispensáveis à caracterização dos processos políticos do País.

A partir desse contexto, revela-se que a forma e o sistema de governo são estruturas vazias sem os sujeitos e que está neles a força para a transformação da história. Trata-se do tema da cultura política que deve estar presente em todo o eixo diacrônico, contextualizando as

passagens e os fatos, a maneira como os indivíduos em geral enxergam o seu país e a si próprios. O eixo diacrônico de uma aula de história política brasileira deve dessacralizar a visão ‘senso comum’ de que política é coisa de ladrões e quadrilhas organizadas. Deve demonstrar que política é antes história e é, portanto, parte fundamental da vida dos indivíduos e que as transformações não se operam apenas porque uns poucos a comandam, mas sim, porque muitos abrem mão de seu potencial de fazer política e participar ativamente, portanto, de sua própria história.

Conjuntamente, o eixo sincrônico deve nortear a abordagem que cimenta os fatos abarcados rumo a uma conclusão eminentemente crítica da história. Em momento precedente deste ensaio, utilizamos como elemento sincrônico o autoritarismo. O que se denota, ao repassar as transformações políticas do Brasil, é uma recusa veemente de instituições e formas democráticas de Estado e participação. A nossa tradição, como demonstram os sucessivos períodos de nossa história, é autoritária e o autoritarismo é visto – no caso de Vargas e em parte do Regime Militar, ou quando Collor despoticamente invade direitos privados, tomando para o Estado as poupanças da sociedade – como uma forma real de resolver problemas estruturais. A visão crítica do eixo sincrônico, que sugerimos, é provocadora. Retira a sociedade de seu papel de vítima e a coloca, também, como detentora de preferências autoritárias. Demonstra que, ao repelir certos ‘atores’ como corruptos e ‘políticos oportunistas’, acaba por eleger outros como salvadores e redentores desses problemas. Longe de querer passar uma ideia de responsabilização das massas pelos seus governantes, o eixo sincrônico deve servir como mote para a reflexão sobre a realidade e afastar os discentes do senso comum. Uma aula sobre política, seja qual for o público, deve antes de tudo promover a conscientização de que todos são atores políticos que necessariamente tendem a apontar responsáveis antes de conhecer o seu lugar na história. O compromisso do plano de ensino é prever essas condições que provoquem tamanha reflexão.⁸

⁸ O texto dos **Parâmetros Curriculares Nacionais** ao tratar do ensino de política no ensino médio sugere um interessante caminho muito próximo do qual propomos: “um outro objetivo [do ensino de política] é ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc..” (MEC, 1999, p. 41)

4 Sugestões de planos de ensino

A partir da discussão antecedente, procurando deixar mais claro a organização de um currículo mínimo para a realização de cursos de letramento político, apresentamos a seguinte sistematização:

Tabela 1 – Plano de ensino para curso de formação política – carga horária mínima de 12 horas/aula

Eixo temático e carga horária do módulo	Ementas	Bibliografia mínima para a preparação docente
Estado, sociedade civil e cidadania (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • e democracia • Democracia representativa, participativa e mista • de Estado • de Sociedade Civil • Direitos civis, políticos e sociais 	1. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política . Brasília: Editora da UNB, 1998. 2. CHÂTELET, F. DUHAMEL, O. PISIER-KOUCHNER, E. História das ideias políticas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
Sistema Político (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • A divisão dos poderes no Brasil • Bicameralismo • Federalismo • Sistema partidário • Sistema eleitoral 	1. AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução . São Paulo: UNESP, 2007.
História Política (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • Império • I República • Era Vargas • Período democrático • Regime Militar • Redemocratização 	1. LAMOUNIER, Bolívar. Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira . São Paulo: Augurium, 2005.

Acima, apresentamos uma ideia de plano mínimo que poderá auxiliar as iniciativas-piloto. A tabela apresenta os três eixos temáticos juntamente com o rol mínimo de tópicos a serem trabalhados em cada sessão. A terceira coluna apresenta uma ou duas indicações bibliográficas para cada módulo. Os textos indicados estão longe de cobrir toda a complexidade e diversidade de abordagens dos temas selecionados, mas possibilitam, pelo caráter conciso, material para a preparação das aulas.

Importante registrar que a ordem ideal para se trabalhar os assuntos é a seqüência tal como disposta. Poderá haver, no entanto, devido a necessidades logísticas que o tema apresenta, mudança na ordem de trabalho dos módulos. Isso não constituirá grande problema, se o plano for executado dentro dos parâmetros de correlações programados previamente.

Nossa experiência mostra que para melhor aproveitamento por parte do corpo discente, o mais eficaz é distribuir as aulas em no mínimo três encontros, de quatro horas-aula e no máximo quatro encontros, de três horas-aula, cada.

Em todo caso, muitas vezes, pelas condições da associação, escola ou instituição que cede o espaço e contribui na divulgação do curso é impossível dispor do tempo e realizar o número de encontros necessários. Nesses casos, pode optar-se por uma oficina de 4 horas ou por dois encontros de 3 ou 4 horas. Para esses casos, apresentamos a seguintes sugestões de plano de ensino:

Tabela 2 – Oficina de Formação Política – 4 horas-aula

Eixo temático e carga horária do módulo	Ementas	Bibliografia mínima para a preparação docente
Democracia e política no Brasil (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado e a sociedade civil no Brasil • Eleições e partidos no Brasil • Redemocratização e cidadania 	1. CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: UNESP, 2007, p. 19-31.

Tabela 3 – Plano de ensino para realização de curso de formação política – 6 ou 8 horas-aula

Eixo temático e carga horária do módulo	Ementas	Bibliografia mínima para a preparação docente
História Política	<ul style="list-style-type: none"> • Era Vargas • Período democrático • Regime Militar • Redemocratização 	1. LAMOUNIER, Bolívar. Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium, 2005.
Democracia e política no Brasil (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado e a sociedade civil no Brasil • Eleições e partidos no Brasil • Redemocratização e cidadania 	1. CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: UNESP, 2007, p. 19-31.

Evidentemente que não colocamos tais planos como regra. A ideia geral é sugerir os temas mínimos, que pressupomos indispensáveis para a elaboração de um plano de ensino para cursos de formação política. O planejamento pode, no entanto, ser modificado diante da afinidade do docente com um ou outro tema. De todo modo, o ideal é que se centre nas questões eminentemente voltadas à prática e que efetivamente se articulem com a representação e participação política. Tais sugestões pretendem nortear os professores nesse sentido formal que é, em parte, condicionante de certas preocupações temáticas.

5 Referencial mínimo para a elaboração de planos de ensino de cursos de formação política

Outro desafio que se nos apresenta para a preparação de aulas é o aporte teórico que utilizaremos para conhecer o assunto a ser ministrado e também quais obras recomendar aos discentes. Com o intuito de ajustar uma lista de referências que possibilite o trabalho em cursos de formação política, organizamos uma bibliografia classificada por módulo a ser desenvolvido. Esperamos assim, que o educador, interessado na realização desse tipo de atividade, encontre aqui um norte para a preparação de seu plano de ensino.

Sugerimos as seguintes referências bibliográficas:

Estado, sociedade civil e cidadania

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

CHÂTELET, F. DUHAMEL, O. PISIER-KOUCHNER, E. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Sistema Político

Básica AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2007.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

História política brasileira (ensaios gerais)

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. 1 e 2, São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (há outras edições da obra)

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajecória política do Brasil: 1500 -1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium, 2005.

PAIM, Antonio. BARRETTO, Vicente. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Ática, 2006.

Política brasileira (por períodos)

Era colonial (1500 – 1822)

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Brasil Imperial (1822-1889)

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

I República (1889-1930)

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

Era Vargas (1930-1945)

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

Período Democrático (1945-1964)

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Regime Militar (1964-1985)

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Redemocratização (1985-1964)

LAMOUNIER, Bolívar (Org.) **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

6 Conclusão

Em suma, acreditamos ser importante considerar quatro pontos na elaboração de planos didáticos sobre história política brasileira em cursos de formação política: a) uma concepção que apresente o suporte, o diapasão do curso dentro de uma amplitude passível de compreensão para públicos dos quais não são exigidos pré-requisitos; b) a apresentação da aula expositiva, em uma perspectiva crítica, que valorize o papel dos atores sociais na transformação das instituições e na dinâmica do processo histórico; c) um temário mínimo e sistemático adaptado e organizado segundo as condições de tempo e do espaço específicos para a realização da aula e, d) a leitura, bem como a incorporação de uma bibliografia mínima que, a despeito de ser ou não divulgada para o público, possa nortear os pontos cruciais da abordagem docente.

Referências

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, Educação política: reflexões e práticas democráticas, a. 11, n.3, 2010, p. 25-35.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Educação política: reflexões e práticas democráticas, a. 11, n.3, 2010, p. 7-23.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. v. 1, São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais**, Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://www.int-soc-hist-didact.org/curricula/Brazil-EM1999.pdf>. Acesso: set. 2011.

Artigo recebido em: 12/09/2011

Artigo aceito para publicação em: 31/10/2011